

A Central de Registro Eletrônico dos Registradores de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas do estado de Santa Catarina é uma plataforma integradora de hardwares e softwares junto aos Sistemas de cada unidade de competência registral, na forma do Provimento 48 do CNJ e Provimento 19/2016 do TJ-SC. A Gestão dos serviços é feita pelo Instituto de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas do estado de Santa Catarina - IRTDPJ-SC , associação sem fins lucrativos, voltado à prestação de serviços de fomento e apoio às atividades e interesses das serventias extrajudiciais e seus usuários, permitindo o acesso remoto e eletrônico ao registro.

Em atendimento às necessidades de operação da referida Central, esta poderá receber ou compartilhar, com os Registradores de Santa Catarina e com outras centrais eletrônicas, que também garantirão respeito a esta Política de Privacidade, os dados por ela recebidos e tratados, reunindo-os em um mesmo portal de atendimento ao usuário e Poder Público.

O Usuário declara conhecer que os dados informados neste serviço serão utilizados para a remessa e processamento dos Atos Registrais aqui indicados para os cartórios extrajudiciais, e, a Central SC se compromete a respeitar e garantir a privacidade e proteção dos dados pessoais de seus usuários.

Isto posto, apresentamos nossa **Política de Privacidade**, que tem como objetivo fornecer informações claras e precisas sobre o tratamento de dados pessoais e sensíveis realizados pela Central SC na utilização dos dados, com a finalidade específica e consecução dos serviços da Central SC e dos Cartórios.

Esta Política de Privacidade será regida, interpretada e executada de acordo com a legislação nacional, notadamente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e a Lei nº 6.015/1973.

Tratamento de Dados e Informações sobre o Usuário

1. Fontes de Dados Pessoais: Esta Política de Privacidade se aplica aos dados pessoais que coletamos na Central SC e pelos Cartórios, no processamento dos Atos Registrais requisitados.

O Usuário compreende que ao utilizar a Central SC, poderão ser coletados os dados por ele **fornecidos, como:**

a) Dados cadastrais e de comunicação:

São as informações pessoais que o Usuário disponibiliza para que possamos prestar nossos Serviços, como nome completo, RG e CPF, endereço, número de telefone, e-mail, etc. Os dados de cadastro são tratados para fins de identificação do usuário, operação dos Serviços, garantia da segurança de nossos Serviços, manutenção de backup de bases de dados, geração de dados estatísticos sobre nossos usuários de maneira anonimizada, comunicação com nossos clientes, inclusive para o envio de alerta e notificações. A base legal para o tratamento é o **consentimento**.

b) Dados financeiros e de pagamento:

São as informações pessoais necessárias para que possamos processar o pagamento dos serviços prestados, incluindo seu CPF, endereço, informações bancárias de cobrança e crédito (EX.: número da agência e da conta corrente), dentre outros. Os dados financeiros e de pagamento são tratados para o fornecimento de produtos e/ou serviços, manutenção de arquivos, cumprimento de obrigações fiscais. A base legal para o tratamento de tais dados é o **cumprimento de obrigação legal**, especialmente a legislação fiscal.

c) Dados de identificação digital:

São informações geradas automaticamente, quais sejam, as características do dispositivo de acesso, as características do navegador, o Protocolo de Internet (IP, data e hora), as telas da

Central acessadas, os registros de acesso à Central, os dados de geolocalização, histórico das solicitações realizadas. Para tal coleta, a Central SC fará uso de algumas tecnologias padrões, como cookies, que são pequenos arquivos de texto que um site, quando visitado, coloca no computador do usuário ou no seu dispositivo móvel, por navegador de internet (browser). Todos os navegadores permitem ao utilizador aceitar, recusar ou apagar cookies, em sua aba de configurações. Ao desativar cookies, porém, o usuário pode impedir que alguns serviços da web funcionem corretamente, afetando, parcial ou totalmente, a navegação no website. Os dados técnicos sobre o computador ou dispositivo móvel são tratados para identificação de usuários no meio digital e prevenção a fraudes. A base legal para o tratamento de tais dados é o **cumprimento de obrigação legal**, especificamente as estipuladas no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

d) Dados de atendimento ao usuário:

São as informações fornecidas pelo usuário no atendimento de Suporte, mediante chat ou e-mail, podendo incluir detalhes sobre suas perguntas e problemas com nossos produtos e serviços. Esses dados são tratados para atualização de processos de resposta e melhoria de nosso atendimento. A base legal para o tratamento de tais dados é o **legítimo interesse da Central SC e dos usuários de nossos serviços**.

f) Dados dos registros e dados de acesso público:

São as informações fornecidas pelo usuário para a remessa de solicitações aos cartórios territorialmente competentes a fim de que seja realizado o registro de maneira remota, bem como as informações que já integram o registro dos cartórios, de acesso público, tais como nome, endereço, data de nascimento, sexo, estado civil, direitos em relação aos negócios registrados, referência a documentos arquivados nos cartórios, dados de transações jurídicas, ônus e outras restrições sobre os bens e negócios registrados, etc. Os dados dos registros são tratados para o interesse/finalidade pública de conferir eficácia jurídica e publicidade, nos termos da Lei nº 6.015/1973. A base legal para o tratamento de tais dados é o **cumprimento de obrigação legal**.

2. Do consentimento

Os dados pessoais e demais informações do Usuário eventualmente coletados pela **Central SC** serão utilizados para

- (i) a adequada prestação de serviços oferecidos pela Central SC por meio da Central;
- (ii) o desenvolvimento e aprimoramento destes serviços; bem como
- (iii) para fins estatísticos.

Ao aceitar os presentes Termos, o Usuário compreende que a Central SC utilizará as informações eventualmente obtidas para a regular prestação de serviços oferecidos, bem como para a elaboração de estatísticas e relatórios. A coleta, utilização e demais hipóteses de tratamento realizados em relação aos dados pessoais fornecidos pelo Usuário serão realizados pela Central SC em conformidade com uma das hipóteses legais previstas no artigos 7º e 11º, da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e, em especial, em razão (i) da necessidade de cumprimento de obrigações legais ou regulatórias incidentes; (ii) da necessidade de sua utilização para a execução ou para a realização procedimentos preliminares relacionados à Central; (iii) da necessidade de garantia de prevenção à fraudes e à segurança do Usuário. A Central SC é uma plataforma integradora de hardwares e softwares de suporte ao Serviço dos Cartórios de Santa Catarina. Por meio dessa plataforma, os usuários têm acesso direta e oficialmente aos Registros de Títulos e Documentos para protocolização de títulos, obtenção de certidões, Notificações Extrajudiciais e outros serviços eletrônicos disponíveis. Ao fornecer dados pessoais à Central, o Usuário autoriza sua remessa cartório territorialmente competente, que poderá tornar semelhantes informações públicas, a fim da consecução dos Atos Registrais. Por este motivo, considerando que o escopo dos serviços oferecidos pela Central SC é permitir a realização do registro de maneira eletrônica, o Usuário reconhece que os dados categorizados como “e) Dados de registro e de acesso público” serão compartilhados ao acervo público do cartório territorialmente competente, ficando sujeitos à disciplina específica do sistema de registro público brasileiro, que demanda a publicidade dos direitos reais para fins de oponibilidade contra a terceiros.

3. Armazenamento dos Dados

Todos os dados coletados pela **Central SC**, são armazenados em provedores especializados, e são considerados confidenciais. Desta forma, a Central SC e os terceiros contratados garantem à adoção de todos os esforços razoáveis de mercado com o intuito de preservar a segurança dos sistemas no armazenamento de tais dados, entre eles, a observância às diretrizes sobre padrões de segurança estabelecidas no Decreto nº 8.771/2016, tais como: **a)** Utilização de métodos padrões de mercado para criptografar e anonimizar os dados coletados, além de demais formas padrão de encriptação, para garantir sua inviolabilidade; **b)** Encriptação de softwares de alta tecnologia para proteção contra acesso não autorizado aos sistemas, sendo estes considerados ambientes controlado e de segurança; **c)** Aplicação de mecanismos de autenticação de acesso aos registros capazes de individualizar o responsável pelo tratamento e acesso dos dados coletados, em decorrência da utilização da Central. Os registros de acesso (logs) de uso e acesso da Central SC coletados serão armazenados sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, conforme art. 15 da Lei nº 12.965/2014 - Marco Civil da Internet. A **Central SC** se compromete, ainda, a adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito dos dados pessoais coletados. Em caso de ocorrência de eventual incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Usuário, envolvendo os dados pessoais coletados, a Central SC comunicará o Usuário e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) sobre a ocorrência, conforme dispõe o art. 48, da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o item 151 do Provimento CGJ/SP nº 23/2020.

4. Compartilhamento de Dados

O Usuário reconhece que a Central SC poderá compartilhar os dados coletados com terceiros, nos termos do art. 26, §1º, III e art. 27, III da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, nas hipóteses relacionadas abaixo: **a)** Com os cartórios dos Estados que firmaram Termo de Cooperação com a Central SC, responsáveis por realizar o atendimento das suas solicitações; **b)** Para a proteção dos interesses da Central SC em caso de conflito, inclusive demandas judiciais; ou, **c)** Mediante ordem judicial ou por requerimento de autoridades administrativas que detenham competência legal para a sua requisição, de acordo com o § 1º do art. 10 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e com o art. 23, §5º da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) **d)** Para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa

jurídica de direito privado sem fins lucrativos com missão institucional de pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico, nos termos do art. 5º, XVIII da Lei Geral de Proteção de Dados. Nesse caso, as informações fornecidas serão anonimizadas. **e)** Para a administração pública, tendo em vista as finalidades de que o art. 23 da Lei Geral de Proteção de Dados. O compartilhamento dos dados pessoais do Usuário observará as finalidades previstas nestes Termos, bem como os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, em especial os direitos e as liberdades fundamentais do Usuário.

5. Direitos do Usuário

O Usuário poderá, a qualquer momento e a seu critério, requerer à **Central SC** o acesso, a atualização e/ou exclusão dos dados tratados que estejam em posse da **Central SC**. Ficam assegurados, ainda, ao Usuário, no que diz respeito ao processamento de seus dados pessoais, os seguintes direitos:

- a)** Confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais;
- b)** Acesso aos dados pessoais coletados por meio da Central;
- c)** Correção de seus dados, caso estes estejam incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d)** Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação brasileira aplicável;
- e)** Portabilidade de seus dados pessoais, para si ou para terceiro, mediante requisição expressa feita pelo Usuário;
- f)** Eliminação dos dados tratados com o seu consentimento;
- g)** Obtenção de informações sobre as entidades públicas ou privadas com as quais a Central SC compartilhou seus dados;

h) Informações sobre a possibilidade de não fornecer o seu consentimento, bem como de ser informado sobre suas consequências, em caso de negativa; e

i) A revogação do consentimento concedido para o tratamento de dados pessoais, observadas as limitações previstas na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

A revogação do consentimento de que trata a letra “i” do item anterior, poderá ser realizada a qualquer momento, mediante expressa manifestação do Usuário, por meio de simples envio de e-mail ou correspondência à **Central SC**. Salienta-se que a revogação desse consentimento, embora possa resultar na exclusão de informações cadastrais armazenadas pela Central SC para as finalidades informadas ao Usuário em nossa Política de Privacidade, não implica a retirada de informações pessoais do sistema de registro público, por se tratar de arquivo de natureza pública que confere oponibilidade da situação de direitos reais a terceiros, nos termos da Lei nº 6.015/1973. O exercício de quaisquer dos direitos acima previstos, bem como o envio de reclamações, comunicações, pedidos de esclarecimentos e pedidos de adoção de providências, poderá ser realizado por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico **dpo@irtdpjsc.com.br**, ou ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da Central SC cujos contatos estão disponíveis no site www.irtdpjsc.com.br e nestes Termos.

Considerando que a Central SC realiza a intermediação das solicitações de registro aos cartórios territorialmente competentes, que tornam seu acesso público para fins de oponibilidade a terceiros, nos termos da Lei nº 6.015/1973, alguns dos direitos dos titulares dos dados não poderão ser exercidos diretamente perante à **Central SC** e estarão sujeitos à disciplina da legislação específica, que poderão limitar o seu exercício. Nos termos do item 147 do Provimento nº 23/2020/CCJ-SP, por exemplo, os responsáveis pelas delegações dos serviços extrajudiciais de

notas e de registro não se equiparam a fornecedores de serviços ou produtos para efeito de portabilidade de dados pessoais para o exercício do inciso V do art. 18 da Lei nº 13.709/2018.

6. Exclusão de Informações Coletadas pela Central SC

Os dados coletados por meio da Central serão excluídos quando: i) a finalidade para a qual a informação foi coletada tenha sido alcançada ou quando os dados deixarem de ser necessários ou pertinentes para o alcance desta finalidade, conforme descrito nestes Termos; ii) quando da revogação de seu consentimento, nos casos em que este se faça necessário; ou iii) mediante determinação de autoridade competente para tanto. Alguns dos dados coletados, inclusive dados pessoais, deverão, contudo, permanecer armazenados nos servidores da Central SC enquanto subsistirem obrigações legais e/ou regulatórias, a necessidade de seu tratamento em razão do exercício de direito em processo judicial, administrativo ou arbitral, ou uma das hipóteses previstas no art. 16 da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ou da Lei nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet O Usuário poderá solicitar, por e-mail ou correspondência, a qualquer momento, que os dados pessoais coletados, que não tenham sido anonimizados, sejam devidamente eliminados, ressalvadas as hipóteses de impossibilidade de exclusão previstas no parágrafo anterior. As solicitações relativas à exclusão dos dados pessoais do Usuário poderão ser realizadas pelo e-mail **dpo@irtdpjsc.com.br** ou mediante o envio de requisição ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da Central SC, cujos contatos estão disponíveis no site www.irtdpjsc.com.br e nestes Termos o Usuário compreende, entretanto, que a exclusão dos dados coletados, inclusive os dados pessoais, poderá limitar o seu acesso às funcionalidades da Central.

7. Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais Para o envio de reclamações, comunicações, pedidos de esclarecimentos, adoção de providências ou exercício de qualquer um dos direitos previstos no presente Termo, o Usuário deverá encaminhar suas requisições ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da Central SC, cuja

qualificação e meios de contato são:

Nome do Encarregado: Cristina Castelan

E-mail: dpo@irtdpjsc.com.br

8. Limitações de Responsabilidade Sem prejuízo das demais isenções de responsabilidade indicadas nos presentes Termos, o Usuário se declara ciente de que a **Central SC** não será responsável: **a)** Por quaisquer indisponibilidades, erros e/ou falhas eventualmente apresentados pela Central, inclusive por qualquer desvio de utilidade que o Usuário possa atribuir à Central SC, pela sua falibilidade, ou por qualquer dificuldade de acesso enfrentada; **b)** Por quaisquer erros e/ou inconsistências na transmissão de dados, bem como relacionados à qualidade ou disponibilidade da conexão de internet, capazes de obstar o adequado recebimento de informações pela Central SC, pelos cartórios ou pelo Usuário; **c)** Por dados desatualizados, incompletos ou inverídicos eventualmente apresentados pelo Usuário, por meio da Central SC e/ou por qualquer dano que disto decorrer; **d)** Pelo uso da Central SC em desacordo com o disposto nestes Termos e na legislação vigente e aplicável; **e)** Pela presença de vírus ou demais elementos nocivos na Central SC, capazes de causar alterações em seus sistemas informáticos (software e hardware), eximindo-se a Central SC de qualquer responsabilidade por eventuais danos e prejuízos decorrentes de quaisquer elementos nocivos inseridos por terceiros; e, **f)** Pelos danos e prejuízos de toda natureza decorrentes do conhecimento de que terceiros não autorizados possam ter de quaisquer dados fornecidos, por meio da Central SC, em decorrência de falha exclusivamente relacionada ao Usuário ou a terceiros, que fuja a qualquer controle razoável da Central SC, ou ainda de informações enviadas pelos cartórios, considerando a relação entre o art. 17 da Lei de Registros Públicos e §4º do art. 23 cc inc. III do §1º do art. 26 da LGPD.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E LGPD DA CENTRAL-SC

(I) Informações coletadas do usuário:

Nome Completo: Pixel - Empresa Junior de Sistemas de Informação e Ciências da Computação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

CPF/CNPJ: 19.649.418/0001-52

Representante: Lívia Silva Marques

CPF: 098.930.049-85

Informações de Contato:

E-mail: presidencia@ejpixel.com.br

Telefone: (48) 9968-7878

Celular: (48) 99121-9662

CEP: 88037-400

Endereço: Rua Rua Sebastião Laurentino da Silva

Número: 365

Bairro: Córrego Grande

Complemento: Prédio

UF: SC

Cidade: Florianópolis

(II) Informações do consentimento do usuário:

Endereço IP: 177.18.217.41

Data: 15/09/2020

Horário: 15:55:59

CENTRAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DO ESTADO DE SANTA
CATARINA

RUA EMILIO BLUM 131, SALA 803, FLORIANÓPOLIS-SC, CEP: 88020-010